

**PARQUE DAS OCUPAÇÕES: CONVIVENCIA E PRESERVAÇÃO MÚTUA
ENTRE A OCUPAÇÃO URBANA E A ÁREA AMBIENTAL DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE.**

**CIUDAD PARA UN HÁBITAT SUSTENTABLE
PROYECTO URBANO, PROYECTO TERRITORIAL Y HÁBITAT
SUSTENTABLE**

Luciana Souza Bragança, Marcela Silviano Brandão Lopes.

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Grupo de pesquisa
CNPQ Indisciplinar, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, fone: 55 31 98879-2801 email de contato:
lubraganca@gmail.com website: <http://blog.indisciplinar.com/>.

Palavras chave: **NATUREZA URBANA, OCUPAÇÕES, PROJETO TERRITORIAL,
HABITAT SUSTENTÁVEL, LUTAS URBANAS**

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar e discutir a ação de extensão e pesquisa desenvolvida no Parque das Ocupações do Barreiro em Belo Horizonte MG, Brasil, proposto na interseção entre uma área de proteção Ambiental e a ocupação habitacional como forma de promover a convivência e a interação entre ambos. Valendo-se da premissa de que seria possível uma convivência harmoniosa entre ocupação e área verde e que a existência da área de proteção ambiental seria importante para a qualidade do espaço das habitações foi proposto o Parque. Apesar do senso comum e do discurso de mercado, que os coloca em lados opostos e antagônicos, o Grupo Indisciplinar propôs exatamente reunir essas duas lutas por uma cidade mais justa e sustentável dentro da proposta do projeto. A necessidade de trabalhar essa questão torna-se ainda mais pertinente se entendemos as dinâmicas do capital imobiliário e neoliberalismo, que resultam nas cidades onde o seu avanço provoca a perda de espaços para morar da população pobre nos centros urbanos, forçando a sua migração para regiões não especulativas, não ocupadas ou para onde o zoneamento urbano não permite ocupação legal. Dessa forma é que surge o conflito ocupação e área de proteção Ambiental. Porém a presença desse verde é extremamente necessária para boa qualidade de vida da população. O Parque das Ocupações é uma tentativa de mostrar a importância de ocupar sem deixar de lado a sustentabilidade e mostrar como é possível a coexistência de habitações e áreas verdes, independente de poder aquisitivo e como essas questões podem ser complementares e se reforçarem mutuamente.

**1. CONFLITOS CONSTRUÍDOS: O CONTEXTO NEOLIBERAL ONDE A DESUNIÃO
DESFAZ A FORÇA**

Como base de entendimento do contexto urbano das cidades brasileiras e mais especificamente de Belo Horizonte é importante reconhecer as interseções entre neoliberalismo e produção do espaço na metrópole, reconhecendo que a metrópole contemporânea tem seu funcionamento e a estruturação de seu espaço diretamente vinculada a um conjunto de forças e dinâmicas advindas do neoliberalismo.

A necessidade de trabalhar essa questão torna-se ainda mais pertinente se entendemos que as dinâmicas do capital imobiliário e do neoliberalismo, que resultam nas cidades mercado, são a causa e a consequência dos conflitos aqui analisados. Cidades essas, onde o avanço dessa prática provoca a perda de espaços para morar da população pobre nos centros urbanos, forçando a migração desses grupos para regiões não especulativas, não ocupadas e sem cumprir a função social ou que o zoneamento urbano não permite ocupação incluindo aqui as áreas de Proteção Ambiental.

Surgem assim as favelas em áreas de proteção, de matas remanescentes, na beira de rios. Como forma política de defender o direito constitucional à moradia, negligenciado nesse processo surgem também as Ocupações Urbanas. Vale, pois, um adendo sobre essa forma de apropriação do território.

As ocupações de terrenos ociosos ou de prédios abandonadas nos centros urbanos brasileiros com moradia é, atualmente, um fenômeno forte e de grande repercussão. Pode-se afirmar que essas ocupações configuram um movimento contra hegemônico de resistência e de invenção biopotente pela moradia na medida em que questionam principalmente a propriedade especulativa e as políticas habitacionais, valendo-se do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal de 1988 a partir do artigo que versa sobre a Função Social da Propriedade. No município de Belo Horizonte, esse processo se iniciou a partir de uma dissidência do processo participativo para a habitação desenvolvido sob a gestão do prefeito Patrus Ananias com a Ocupação Corumbiara. (LOPES, 2015)

As ocupações urbanas planejam o local a ser ocupado optando por glebas com problemas jurídicos, tendo em vista ser constitucional a primazia do direito à moradia em relação ao direito à propriedade e a necessidade de se fazer valer sua função social. Nesse tipo de ocupação, a presença de técnicos não é condição inicial, mas é vista como positiva. Isso aconteceu nas ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, em Belo Horizonte que fazem parte das ocupações do Barreiro e estão no limite do Parque das Ocupações. Entretanto, há também aquelas situações que o movimento simplesmente acontece como ocorreu nas outras ocupações da região do Barreiro também vizinhas do Parque.

Apesar da importância dessas ocupações na construção de possibilidades para a política habitacional atual no país, em algumas ocasiões surge um embate entre a luta pela moradia e os esforços para a preservação das áreas de Proteção Ambientais remanescentes no meio urbano. Na necessidade, não raro, acontecem ocupações em áreas de Proteção Permanente.

Tal conflito não é exclusivo das regiões ocupadas pela população pobre. Há também, nas áreas nobres, uma tentativa por parte do mercado imobiliário de ocupar regiões de áreas verdes, provocando muitas vezes intensa verticalização, baixa taxa de permeabilidade para a água e degradação de vegetação e biomas naturais, e ignorando o fato de a presença desse verde ser extremamente necessária para boa qualidade de vida da população. As construtoras pressionam o zoneamento ambiental tentando construir exceções legais, exercendo influência por meio de vereadores eleitos por seu financiamento e que defendem seus interesses, e do poder econômico.

Na cidade de Belo Horizonte é exemplar a disputa que ocorre entre os moradores que defendem um parque na Mata do Planalto, região da Pampulha, e a construtora Rossi. Com extensa área verde e vegetação remanescente da Mata Atlântica, várias nascentes no terreno essa mata é a única grande área verde na região norte de Belo Horizonte e sofre pressão para ser ocupada com 918 unidades habitacionais e 1512 vagas.

Há uma contradição marcante na vida cotidiana e em seu planejamento por órgãos oficiais: problemas que afetam a todos são tratados individualmente, e há uma incapacidade de se agir coletivamente na direção de questões de caráter comum. Tal

situação é reforçada por um excessivo desvinculamento no planejamento das questões urbanas entre si entendido aqui como Macroplanejamento Desintegrado que parte de uma totalidade imaginária, afastada da cidade real, mas que tem a ilusão de integrar todos os fatores urbanos. Suas soluções são baseadas em modelos, ou esquemas ideais, concebidos a priori. Esse procedimento tende a submeter a realidade pela força e a privilegiar alguns fatores estratégicos (BRAGANÇA, 2005). A cidade real e suas possibilidades desaparecem. Para o que a cidade siga sendo construída para o mercado imobiliário é importante também transformar bens ambientais em mercadoria gentrificando e privatizando bens comuns o que é reforçado pela situação descrita.

Tem igual relevância separar em lados opostos a luta por moradia e pelo meio ambiente fomentando conflitos. Trata-se de um princípio que se aplica a diversas situações na cidade, e que se relaciona, fundamentalmente, ao neoliberalismo em seu impacto na vida cotidiana e na reprodução social de forma ampla.

2. PRIMEIRA APOSTA DE TRABALHO: ARTICULAÇÃO ENTRE NATUREZA E OCUPAÇÃO COMO UNIFICAÇÃO DE CONFLITOS E POTENCIALIDADES

Diante da necessidade de se aprofundar essa problemática, o grupo Indisciplinar se envolveu na transformação de uma área de preservação ambiental em um parque na região do Barreiro, o Parque das Ocupações. Na região há um conflito entre duas lutas importantes: a da moradia digna para os pobres e a da preservação do verde.

Por se entender que o objetivo em comum é uma cidade mais incluyente e que o inimigo de ambas as lutas é a voracidade do mercado imobiliário, parte-se do pressuposto que é fundamental a hibridação das pautas dessas lutas para a busca de soluções potentes, que visem a coexistência de habitações e áreas verdes numa perspectiva maior: a de uma cidade mais verde, mais sustentável e mais justa, na qual a lógica da competição e acumulação de capital não seja o único horizonte possível. Reconhecendo também que esse conflito, se fomentado, fragiliza os argumentos de ambos, buscamos qualificar e justificar a permanência da ocupação e da área de proteção ambiental mediando e construindo a partir do parque proposto.

2.1. OCUPAÇÃO ELIANA SILVA, PAULO FREIRE E DEMAIS OCUPAÇÕES DO BARREIRO

O Parque das Ocupações é cercado pelas Ocupações do bairro Barreiro: Eliana Silva, Paulo Freire, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Porteirinha. Ver figura 1.

A ocupação Eliana Silva é uma ocupação urbana organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que no dia 22 de agosto de 2012 se instalou em um terreno vazio com problemas judiciais ao lado da área de proteção ambiental. A relação entre a Eliana Silva e a grande área verde vizinha à ocupação, definida por lei como área de proteção ambiental, passou por momentos alternados de disputa por território e convivência amistosa.

Em agosto de 2013, houve um episódio emblemático dessa disputa, quando um morador da ocupação resolveu construir sua casa na referida área verde. Tal fato resultou em uma intimação judicial do coordenador da Eliana Silva. A partir desse episódio veio o reconhecimento de que havia uma área vegetada, de interesse ambiental junto às ocupações do Barreiro e que esta não poderia ser ocupada. Tal área é definida no Plano Diretor de Belo Horizonte como ZPAM - regiões destinadas à preservação e à recuperação de ecossistemas – onde há duas nascentes e dois córregos, uma mata ciliar constituída de espécies nativas e a presença de fauna.

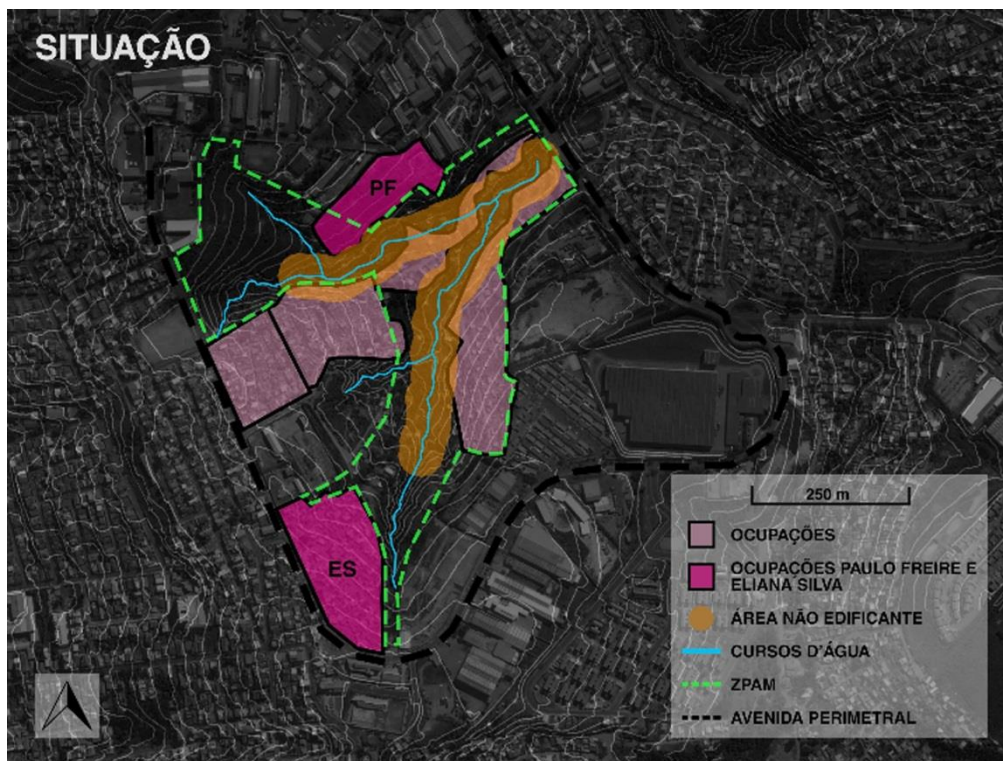


Fig. 1. Localização das ocupações, área de proteção ambiental (ZPAM) e área de APP não edificante.

Desde então, as áreas de fronteira entre a ocupação e a área de preservação é cuidada e controlada pelos próprios moradores. Esse controle foi exercido hora com a construção de um parque infantil no local onde houve a tentativa de construção de moradia, hora com a construção de um campo de futebol em outro ponto susceptível a ser ocupado, ou também no controle do lixo e demais resíduos que porventura são descartados ali.

Em maio de 2015, o MLB ocupou outro terreno na mesma gleba e criou a Ocupação Paulo Freire. Em visita de pesquisadores do grupo Indisciplinar à essa ocupação, a questão ambiental voltou a ser debatida e o nome Parque das Ocupações foi anunciado pela primeira vez como possibilidade. O grupo, que naquele momento articulava uma rede entre os movimentos ambientais da cidade, a Rede Verde, convidou a coordenação da ocupação para participar das reuniões e discussões ambientais da Rede.

Entretanto, nas outras ocupações urbanas presentes nessa mesma gleba, que possuem coordenações com pouca representatividade junto aos moradores a relação com a área de preservação é mais conflituosa.

Diante desse contexto heterogêneo e complexo, o Grupo Indisciplinar aposta na criação de um parque na área de preservação na região das ocupações urbanas do Barreiro, valendo-se da premissa de que seria de grande valia agregar a pauta ecológica à questão da moradia para o fortalecimento e legitimação das ocupações urbanas naquele território, considerando que a relação dos moradores com a natureza não é apenas de destruição e embate e que há movimentos de apreço ao verde, identificáveis nas hortas e pomares dos quintais e áreas de convivência. Valendo-se também da constatação de que a área verde, transformada em parque qualifica o espaço das moradias, foi proposto trabalhar na extensão universitária com o parque onde o verde possa ocupar a área das moradias, as fronteiras e a área verde sejam protegidas e utilizadas pela população.

3. METODOLOGIA

3.1. OS LIMITES DAS METODOLOGIAS EM VOGA

O ponto de partida do planejamento urbano costuma ser um Relatório de Diagnóstico. Tal diagnóstico pressupõe que algo está incorreto. Ou seja, parte-se de algum princípio que determina, previamente, o que será considerado problema e o que virá como sua solução. Outra estratégia adotada para dar início ao trabalho dos arquitetos e urbanistas é a leitura do lugar. Ela se torna problemática quando tende a cair em uma ideia nostálgica e ingênua de identidade e homogeneidade e, isto posto capaz de transformar as cidades em cenário que servem tão somente à lógica de mercado (ARANTES, 1998).

Em outra vertente, a ideia de lugar sustenta também o planejamento urbano inspirado na gestão empresarial, que trata as cidades como empresas ou mercadorias e por isso, devem torná-las competitivas fontes de produção de renda (FERREIRA, 2007).

A noção de lugar como algo fixo, em um mundo agora globalizado, interligado por redes e fluxos oriundos de várias fontes do ciberespaço, que não mais depende do espaço físico geográfico para que haja os encontros e as trocas, também falseia a possibilidade apenas da referência pronta com forma de atuação. (LOPES, 2015)

Por fim, pode haver um projeto pedagógico embutido na relação dos arquitetos com o território, que se faz presente pela via da ciência ou da consciência sociopolítica. Em alguns processos participativos corre-se o risco de uma postura missionária que pode originar propostas predefinidas da qual se busca escapar.

3.2. O MÉTODO CARTOGRÁFICO COM FORMA DE AÇÃO

Não foi buscado, no trabalho do Parque apenas projetos finais. Incorporou-se os processo bem como suas incertezas substituindo o “projeto acabado” pelo “projeto-ação” cuja incompletude não é entendida como algo negativo, mas como desencadeador de intervenções e apropriações. (LOPES, 2015)

A cartografia como método de pesquisa foi desenvolvida a partir dos conceitos da filosofia da diferença, proposta por Deleuze e Guattari. Na introdução do livro Mil Platôs, a cartografia é colocada como um princípio do rizoma, a partir da qual se situa a via da experimentação da realidade – entendida não como algo pronto, a ser apenas representado, mas como processo a ser construído, como um mapa móvel, aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22), atravessado por um campo de forças e linhas de fuga, sempre com múltiplas entradas.

A análise desenvolvida na teoria do rizoma é, concomitantemente, complexa e flexível sobre as dinâmicas dos grupos. As relações de poder estão presentes nessas dinâmicas, mas podem ser sistematicamente atravessadas por forças criativas e de resistência modificando o rizoma original promovendo rupturas para, em seguida, permitir novas conexões e novas organizações.

Não se compartilha da crença de uma neutralidade do pesquisador, usualmente situado apartado do mundo e, em função disso, privilegiado na sua visão sobre seu objeto de estudo, em uma equação falaciosa imposta pelo método científico.

A cartografia como método de investigação e intervenção assume, por consequência, a pesquisa como dispositivo de produção de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. A aproximação entre o pesquisador e o pesquisado provocará instabilidades para gerar a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações. Assim, o movimento alternado do observador-pesquisador desestabiliza a separação entre sujeito e objeto, tornando sujeitos políticos tudo e todos, com saberes e características próprias compartilháveis e passíveis de transformação. Os pressupostos metafísicos, os sistemas

de crenças e os juízos de valor são parte integrante desta, não havendo precedência ou posteridade. Sendo assim todo conhecimento é autoconhecimento e o objeto é a continuação do sujeito por outros meios (SANTOS, 2006).

O método cartográfico não se limita à produção de mapas. Entretanto essa foi uma ferramenta utilizada. Entende-se que na evidenciação de fatos e de dados se constroem mapas físicos e subjetivos e que esses são capazes de provocar transformações na percepção do território e em sua alteração. A simples escolha de quais dados levantar produz uma abordagem do território. O processo que se pretende é não linear e a construção do território é contínua, e sem separação por etapas.

Diante dessa abordagem, foi dado pelos arquitetos um passo atrás e, em vez de buscar respostas aos problemas detectados, foi feita uma indagação a respeito das perguntas e afirmações definidas a priori. Não se confere à arquitetura o monopólio da solução dos problemas, mas a prerrogativa de questionar os paradigmas que definem o que seja um problema arquitetônico ou urbano. As respostas já estão em ação, sendo inventadas no cotidiano do espaço vivido. São o que Foucault denominou de heterotopias (FOUCAULT, 2013)

As heterotopias são pistas a serem mapeadas, que podem ser encontradas nas práticas. Assim, a aposta de ação é cartografá-las e conectá-las, potencializando outras formas de produção do espaço e outros desejos possíveis no projeto do Parque.

Produzir o novo é, pois inventar novos desejos e crenças associadas a novas formas de cooperação e todos podem inventar. A invenção não é prerrogativa dos gênios nem monopólio da indústria e da ciência. (PELBART, 2011)

Como parte do processo cartográfico, a produção do conhecimento de todas as pesquisas extensionistas do grupo Indisciplinar tem como objetivo principal gerar tecnologia social. Neste sentido, o método e os processos de investigação partem do encontro cotidiano entre universidade, movimentos sociais, culturais e ambientais envolvidos nas lutas territoriais e desdobram-se em múltiplos campos de ação compartilhados em rede (RENA, MAIA, 2015).

4. PARQUE DAS OCUPAÇÕES

No caso do Parque das Ocupações a cartografia foi o método para aproximação das questões ambientais e da moradia, sem julgamento de valor prévio, mas também sem uma pretensa neutralidade, ou seja, partiu-se do reconhecimento que o território em questão não é marcado apenas pela falta e precariedade e que existem conflitos e potencialidades.

Em oposição à abordagem recorrente sobre os conflitos ambientais versus moradia identificados nas ocupações urbanas, a partir da qual se atribui à causa e aos danos desse conflito a falta de consciência ecológica por parte dos moradores, lembramos, com Bakhtin (BAKHTIN, 1997), que nem tudo passa necessariamente pela palavra, que os atos e objetos precisam ser cartografados, no intuito de se identificar outras manifestações, além das discursivas, que possam evidenciar melhor a relação dos moradores com essas questões e de igual importância em termos de coletividade. Desse modo, é pertinente associar o aproveitamento de materiais descartados pela construção civil à sustentabilidade ambiental, assim como o plantio de hortas e árvores frutíferas pode ser visto como um cuidado com o meio-ambiente, mesmo quando associado a um ganho socioeconômico.

Até o momento, a construção cartográfica e o Projeto do parque passaram por três momentos distintos importantes:

4.1. O SEMINÁRIO

A primeira ação do grupo Indisciplinar para a construção do Parque das Ocupações foi a proposta do VAC – Verão Arte Contemporânea – que aproximou as pautas da luta por uma cidade mais justa em um seminário onde as discussões foram mediadas pela Natureza Urbana e a Produção do Comum. A proposta foi desenvolvida pelos professores: Natacha Rena, Marcela Silviano Brandão, Luciana Souza Bragança, Ana Isabel de Sá.

Durante o seminário, constatamos que várias das estratégias adotadas pelos movimentos sociais pela natureza e moradia são muito semelhantes e que, diante de um capitalismo cognitivo, é necessário e urgente que as resistências também sejam cognitivas e afetivas, e por isso as nomeações dadas as ações das lutas tem uma importância grande na construção de novas narrativas e novas subjetividades. Isso se aplica não apenas aos nomes, mas a todo o material gráfico e identidade visual dos movimentos. A parceria com as universidades é muito importante na criação dessas imagens, como também na decodificação de termos técnicos difíceis para a maior parte da população em linguagens diagramáticas acessíveis e de fácil divulgação.

Além das estratégias e táticas comuns que permitem os avanços obtidos nos movimentos de resistência biopotentes, durante o seminário, pudemos identificar dificuldades e desafios que se repetem. O primeiro diz respeito ao esvaziamento dos movimentos ao longo do tempo, além da manutenção financeira das ações que se pretende articular. A segunda dificuldade se refere aos conflitos internos entre os integrantes, como por exemplo, o desafio constante em manter uma autogestão horizontal. Por fim, o desafio maior se refere ao peso do autofinanciamento.

As ocupações urbanas, por exemplo, reivindicam que o Estado reconheça o território ocupado como parte integrante da cidade, e que conseqüentemente, seja inserido nas responsabilidades e prioridades das políticas públicas além de receber os devidos benefícios a que tem direito. O Parque das Ocupações é hoje um dos instrumentos dessa reivindicação evidenciando a preocupação com uma cidade sustentável dos moradores.

4.2. ENSINO

Logo após o seminário, uma disciplina foi oferecida no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG como desdobramento das discussões. O objetivo da disciplina foi o de aproximar as questões que envolvem a luta pela moradia engendrada nas Ocupações Urbanas do Barreiro das pautas que regem a luta pelo verde na cidade, tendo em vista a grande área de preservação ambiental vizinha dessas ocupações.

A opção por uma cartografia colaborativa, com uso de ícones e de maquete física, permitiu a participação dos moradores no mapeamento do território, e, conseqüentemente, a evidência de eventos cotidianos da relação das pessoas com o verde e com a reciclagem de resíduos. Foram mapeados tanto os elementos físicos e materiais dessa relação (hortas, pomares, invenções construtivas), quanto os aspectos subjetivos e afetivos, relativos, por exemplo, à opção pelo plantio de determinada planta, associada às receitas de família, às soluções medicinais, aos cheiros da infância, ou mesmo os aspectos práticos de ordem financeira, visto que a opção pelo plantio de alimentos afeta, e muito, a economia doméstica das famílias que ali vivem. Essa cartografia provocou no grupo de alunos a percepção que há nas ocupações um imaginário de saberes de construção e de plantio capaz de subsidiar um projeto de parque e uma urbanização ecológica. Ver figura 2.

Foram levantados também, com apoio do grupo de pesquisa, mapas dos dados físicos, relativos ao relevo, micro bacias hidrográficas, limites da APP, legislação de uso e

ocupação do solo, classificação viária, acessos, pontos de ônibus, velocidade dos ventos, equipamentos públicos, mercados e sacolões, adensamento da mata, geologia, caminhos presentes entre as ocupações e entorno, principais destinos no bairro. Esse levantamento provocou no grupo as seguintes questões:

- Existe a presença de nascentes e canais fluviais na região. De acordo com as leis do Conama não é permitido ocupar a 50 metros de nascente e 30 metros do leito do rio. Ao analisar os mapas foi possível perceber que as indústrias da região ferem mais a lei que a própria ocupação.
- As nascentes e os córregos são contribuintes da bacia do Rio Arrudas.
- Os córregos são utilizados pela população para banhos.
- Os equipamentos públicos se localizam em áreas estratégicas limítrofes à área de proteção ambiental.



Fig. 2. Maquete da cartografia coletiva e ícones usados no mapeamento.

A partir da cartografia colaborativa e do levantamento dos dados físicos do território, foi possível elencar diretrizes para o parque, visando à contra invasão do verde na ocupação, considerando a hibridação do verde natural da reserva, com o verde produtivo identificado nas hortas, pomares e jardins cartografados nos quintais e frentes das casas. Foram, então, desenvolvidas propostas contemplando a urbanização das ruas por meio de calçamento permeáveis e ruas compartilhadas entre pedestres e automóveis; parquinho, micro praças e parques de bolso em áreas não construídas localizadas em pontos estratégicos; hortas em muros e fachadas em locais que os quintais foram substituídos pela expansão das casas; plantio de agroflorestas nas fronteiras das ocupações e área de preservação; sedes para cooperativas de produtos das hortas coletivas.

4.3. A EXTENSÃO

As propostas produzidas pela disciplina e pelo grupo de pesquisa estão sendo desdobradas, agora na extensão, no intuito de se pleitear a inserção desse território na discussão de uma política pública ambiental a ser constituída para a região.

Para tal, consideramos que o primeiro ponto do projeto foi tornar evidente a relação positiva existente no local entre ocupações e natureza fortalecendo o Parque. No intuito

de se quebrar a dicotomia parque (natureza) versus ocupação (social), o grupo desenvolverá à proposta de arborização das ocupações criando a contra invasão do verde. Por meio de um verde produtivo associado às árvores protegidas por lei busca-se agregar legislação ambiental com a permanência da Ocupação. Estão sendo propostas, na arborização, árvores protegidas por lei, portanto imunes de corte por sua representatividade ou raridade, o que dificulta o corte das mesmas e consequentemente dificulta a desocupação da área das habitações. Como essas árvores crescem devagar, serão associadas a elas frutíferas de crescimento mais rápido visando sombra e consumo tanto dos moradores como da fauna presente no local.

A estratégia para frear o avanço da construção de casas sobre as áreas de preservação é o de implementar nesses locais elementos de interesse de todos, como, por exemplo, o plantio de um pomar com a inserção de equipamentos para preparação de comida em um parquinho infantil, hoje abandonado, por falta de atrativos para os adultos.

O desafio atual é o da criação de um imaginário associado à ideia de um “devir-parque” junto aos moradores, a partir das heterotopias cartografadas relativas as práticas ecológicas (hortas, pomares, jardins ornamentais, reciclagem) já em ação no território. Diante disso, o grupo está agora buscando referências nas estratégias publicitárias e nas táticas ativistas que possuem interface com a arte, como, por exemplo, o uso de perguntas para iniciar um diálogo com os moradores construindo, no primeiro momento, um projeto/pergunta. Essas perguntas, já imbuídas de propostas, serão distribuídas nas ocupações acopladas a sacos de sementes. Ver figura 4. Para o recolhimento das respostas serão distribuídas urnas em locais de referência das ocupações.



Fig. 4 – Layout do saco de sementes com espaço para resposta dos moradores

Além disso, a potencialização de um imaginário em torno do Parque deverá ser engendrada a partir dos moradores que já tem o cultivo incorporado no cotidiano, percebidos pelo grupo como importantes multiplicadores e ativadores de todo o processo ambiental a ser potencializado na região.

CONCLUSÃO

O Parque das Ocupações é uma tentativa de mostrar a importância de ocupar sem deixar de lado a sustentabilidade e mostrar como é possível a coexistência de habitações e áreas verdes, independente de poder aquisitivo e como essas questões podem ser complementares e se reforçarem mutuamente. Como conclusão, apresentam-se os desafios que se apresentam à construção do Parque das Ocupações.

Ficam aqui as difíceis questões a serem enfrentadas: como construir processos autônomos e autogestionários sem perder o apoio necessário do Estado? Como inserir o Projeto de Parque na Política Pública de Belo Horizonte e viabilizar sua implantação? Em suma, afinal, qual relação Cidade/Natureza se quer e como o Estado pode incorporar esse desafio em suas ações?

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Otilia. (1998). *O Urbanismo em Fim de Linha*. Brasil, São Paulo: EDUSP.

BAKHTIN, Mikhail.(1997). *Estética da criação verbal*. Brasil, São Paulo: Martins Fortes.

BRAGANÇA, Luciana Souza. (2005). *Do planejamento da circulação ao microplanejamento integrado*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html> .

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. (2000) *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Brasil, São Paulo: Editora 34.

FERREIRA, J.S.W. (2007). *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Brasil, Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. (2013). *O corpo Utópico, As Heterotopias*. Brasil, São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

LOPES, Marcela Silvano Brandão. (2015) *Artesanias Construtivas e urbanas: por uma tessitura de saberes*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>.

PELBART, Peter Pál. (2011). *Vida Capital, Ensaio de Biopolítica*. Brasil, São Paulo: Editora Iluminuras.

RENA, Natacha; MAIA, Marcelo. (2015) *Cidades Verdes*, v.03, n.07, 2015, pp. 82-99. Disponível em : <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/120-2/>.

SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.